

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COPPE/UFRJ, REALIZADA EM 01º DE MARÇO DE 2016

Presentes

Representantes da Diretoria

Romildo Dias Toledo Filho, Claudia Maria Lima Werner, Ericksson Rocha e Almendra.

Representantes Docentes

Antonio MacDowell de Figueiredo, Carlos Magluta, Luis Volnei Sudati Sagrilo e Célio Albano da Costa Neto.

Representantes dos Programas

Rosimary Terezinha de Almeida, Eduardo de Moraes Rego Fairbairn, Mauricio Aredes, Ricardo Musafir, Renata Antoun Simão, Eduardo Gomes Dutra Carmo, Alexandre Szklo, Alberto Cláudio Habert, Felipe Maia Galvão França.

Representantes dos Técnicos e Administrativos

Roberto Rodrigues, Denise Cunha Dantas, André Salviano.

Representante Discente

Renato Cerceau

Ausências Justificadas

Edson Hirokazu Watanabe, Fernando Alves Rochinha, Antonio Carlos Fernandes e Cláudio Aléxis Rodriguez Castillo

Início – 09:30

Aprovação da ata de 02 de fevereiro de 2016. A ata foi aprovada por unanimidade.

Expediente

Prof. Célio comentou sobre a chuva no dia anterior o que trouxe transtorno para vários laboratórios. Essa água costuma vir pela junta de dilatação e pelo telhado, assunto este que vem de longa data. É importante uma medida paliativa, para que não cause tantos transtornos.

Prof. Ericksson comentou sobre o telhado que em parceria com a Decania já trocou 500 telhas, mas existem outros problemas que vão além das telhas, como as muretas de sustentação, que é o que ocorre no Bloco H. As telhas além de serem trocadas, serão fixadas. Quanto às calhas, serão limpas a partir de hoje. Foi solicitado que as pessoas vendo as dificuldades reclamem, é necessário que as reclamações cheguem a Diretoria Administrativa.

Denise comentou que o Setor de Manutenção da COPPE era separado da Decania, como fica atualmente?

Prof. Ericksson respondeu que as operações são as mesmas, apenas estamos trabalhando em parceria com a Escola Politécnica e a Escola de Química. A limpeza deve ser retomada no próximo dia 07 de março, mas sofreu uma redução significativa.

Prof Ericksson relatou sobre o acidente ocorrido no Laboratório do Prof. José Carlos, o que já apresentou um relatório sobre o ocorrido. Prof. Ericksson gostaria de relatar alguns fatos positivos: o Laboratório estar sendo chefiado por um Professor, ciente dos riscos; a aluna estar usando as roupas adequadas e treinada; a brigada de incêndio funcionou a contento. O que não funcionou: degraus na saída de emergência; a rota de saída fechada com cadeado; aluna estar sozinha no laboratório.

Júlio comentou que o nosso prédio foi construído com projeto de outros países, então não temos um castelo d'água.

Prof. Ericksson esclareceu que temos uma cisterna d'água, mas não é utilizado, o que foi descoberto quando um laboratório foi construído. O erro é a Universidade ter se mudado para a Ilha do Fundão, sem a obra ter sido concluída. Existe uma comissão para estudar a viabilidade desta cisterna.

Prof. Célio comentou que com a chuva de ontem não faltou luz, o que é um fato positivo. Porém, existem outros fatores que preocupam, como a presença de alunos nos fins de semana, referente à segurança nos laboratórios que utilizam produtos químicos, altas temperaturas, dentre outros riscos.

Prof. Ericksson esclarece que a responsabilidade do aluno utilizar os laboratórios nos fins de semana é do Professor.

Prof. Claudio Habert esclarece que no Programa de Engenharia Química, os alunos não podem permanecer sozinhos em momento algum nos laboratórios e é afixado em local visível os telefones de emergência.

Prof. Antonio Figueiredo esclarece que se devem ter normas claras sobre a utilização do espaço.

Roberto Rodriguez comentou que ficou contente com a iniciativa da palestra sobre o mosquito Aedes Aegypti, mas que precisa de medidas imediatas para matar o mosquito.

Ordem do Dia

I. Homologações

Homologação do credenciamento do Prof. Marcelo Borges Mansur, da Escola Politécnica da UFRJ, para atuar como professor pleno do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da COPPE/UFRJ. Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Homologação do credenciamento do Prof. Marcelo Igor Lourenço de Souza, da Escola Politécnica da UFRJ, para atuar como professor pleno do Programa de Engenharia Oceânica da COPPE/UFRJ. Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Homologação da proposta de composição da banca examinadora para avaliar o relatório de progressão da Classe C3 para a Classe C4, do Professor Ricardo Guerra Marroquim, do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE/UFRJ.

Membros Titulares

Paulo Roma Cavalcanti - COPPE/UFRJ

Aura Conci - UFF

Roberto Schaeffer - CAD/COPPE/UFRJ

Membros Suplentes

Valmir Carneiro Barbosa - COPPE/UFRJ

Marcelo Gattass - PUC/RJ

Renato Portugal - LNCC

Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Homologação de proposta de composição da banca examinadora para avaliar o relatório de promoção da Classe C4 para a Classe D1, do Professor Glaydston Mattos Ribeiro, do Programa de Engenharia de Transportes, COPPE/UFRJ.

Membros Titulares

Licínio da Silva Portugal - COPPE/UFRJ

Ricardo de Andrade Medronho - EQ/UFRJ

Cristiane Rose de Siqueira Duarte - FAU/UFRJ

Membros Suplentes

Carlos Alberto Nunes Cosenza - COPPE/UFRJ

Luíz Flávio Autran Monteiro Gomes - IBMEC

Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Homologação de proposta de composição da banca examinadora para avaliar o relatório de progressão da Classe D3 para a Classe D4, do Professor Cláudio Esperança, do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE/UFRJ.

Membros Titulares

Paulo Roma Cavalcanti - COPPE/UFRJ

Aura Conci - UFF

Marco Antonio Casanova - PUC/RJ

Membros Suplentes

Valmir Carneiro Barbosa - COPPE/UFRJ

Marcelo Gattass - PUC/RJ

Néllo Domingues Pizzolato - PUC/RJ

Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Extra Pauta

Homologação do relatório para progressão funcional à Classe D3 – Professor Associado III, período 04/11/2010 a 03/11/2012 e para a Classe D 4 – Professor Associado IV, período 04/11/2012 a 03/11/2014. Interessado: Profª. Suzana Kahn Ribeiro, Programa de Engenharia de Transportes, COPPE/UFRJ. Relator: Comissão de Ensino e Pesquisa. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

Homologação da designação de Coordenador e Vice-Coordenador, Prof. Antonio MacDowell de Figueiredo e Prof. Albino José Kalab Leiróz, respectivamente, do Programa de Engenharia Mecânica, Relator: Comissão de Normas e Legislação. Em votação: Aprovado por Unanimidade.

II. Cursos de Extensão

Profª Claudia Werner falou sobre o Edital nº 40/2016 referente a Projetos, Cursos e Eventos de Extensão que deve ser lançado no registro denominado RUA Extensão, por decisão da Reitoria ainda tem que passar no CD e no CT, para ser aprovado pela PR-5. Profª. Claudia vai encaminhar para o Conselho de Coordenadores para que seja divulgado. Com as novas regras de progressão funcional curso de extensão é pontuado.

Profª Renata esclareceu que esses Cursos ou Projetos de Extensão são registrados no MEC e depois volta para PR-5 para ser julgado.

Prof. Figueiredo esclarece que se deve ter um esclarecimento maior sobre essas atividades.

Prof. Ericksson esclareceu que quem compete definir o que é atividade de extensão é o Conselho Nacional de Educação. Atividade de extensão seria tudo que o aluno se envolvia fora da sala de aula. Mais tarde se definiu como atividades de extensão atividades externas a instituição e que não deve ser remunerado.

Salviano não entende o que é um curso de extensão, o curso oferecido pelo Clac seria um curso de extensão?

III. Indicação dos Representantes Docentes do Programa para o CD - para o biênio 2016-2018

Prof. Figueiredo esclarece que no mês de março os Programas devem indicar os seus representantes docentes, para que no mês de abril tomem posse.

IV. Eleição representante Discente

Prof. Figueiredo esclarece que o mandato dos alunos é de 1 ano e que no próximo mês de abril devem ser substituídos.

Prof. Figueiredo lembra que também em abril será eleito o Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

Nada mais havendo a tratar, o Professor Antonio Macdowell de Figueiredo, Presidente do Conselho Deliberativo, encerrou a sessão às 11:30 horas.

Prof. Antonio MacDowell de Figueiredo
Presidente do Conselho Deliberativo – COPPE/UFRJ
Secretariou esta reunião: Maria Célia Santos

Início: 9:30
Término: 11:30

Ata aprovada em : 05/04/2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

**EDITAL Nº 40/2016
REGISTRO ÚNICO DE AÇÕES DE EXTENSÃO (RUA Extensão)
EDIÇÃO 2016**

“A função social da universidade expressa o seu compromisso institucional com a melhoria do bem viver de todos os que possuem um rosto humano, em particular com os explorados e expropriados; de novas formas de interação com a natureza, a memória e patrimônio cultural dos povos, desenvolvendo livremente a ciência, buscando solucionar os seus problemas lógicos internos e contribuir para um novo modo de sociometabolismo com a natureza e a sociedade.” (Roberto Leher, 2015).

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), por intermédio da PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PR-5), convoca a Comunidade Universitária da UFRJ a cadastrar, por meio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), propostas de ações de extensão, nas formas de projetos, cursos ou eventos, para fins de avaliação, registro, certificação e incorporação no processo de creditação da extensão universitária.

1. OBJETIVOS

1.1. O Registro Único de Ações de Extensão (RUA Extensão) objetiva:

- 1.1.1. Institucionalizar as ações de extensão da UFRJ.
- 1.1.2. Padronizar e organizar o registro prévio das atividades de extensão para fins da garantia da infraestrutura institucional de apoio e o devido reconhecimento acadêmico de sua existência e execução.
- 1.1.3. Realizar as avaliações e encaminhar os ajustes necessários para habilitar a participação das Ações de Extensão registradas nos Editais de fomento da Pró-Reitoria de Extensão - PR5.
- 1.1.4. Sistematizar e publicizar as Ações de Extensão no sentido de facilitar o processo de implementação da creditação da Extensão nos cursos de graduação da UFRJ (Resoluções do CEG Nº 02/13, 03/2014 e 04/2014).
- 1.1.5. Organizar as Ações de Extensão na UFRJ a fim de qualificar a apresentação institucional e social das atividades existentes na forma de Programas Articulados e Complexos Temáticos.
- 1.1.6. Subsidiar a progressão da carreira docente e dos técnico-administrativos de acordo com seus respectivos planos.

2. DIRETRIZES GERAIS

- 2.1. Todas as Ações de Extensão na UFRJ devem ser cadastradas/registradas no Sistema de Informação e Gestão (SIGProj) adotado pela Pró-Reitoria de Extensão, devidamente aprovadas pelas instâncias acadêmicas (Unidades, Centros ou equivalentes) ao qual o proponente (coordenador) está vinculado e, avaliadas pelas comissões *ad hoc* da Pró-Reitoria de Extensão.
 - 2.1.1. O registro de novas ações é um pré-requisito para participação nos Editais de fomento da Pró-Reitoria de Extensão, com exceção para as propostas associadas ao programa de Ação Emergencial.
- 2.2. As Ações de Extensão Universitária devem ter como público alvo prioritário e majoritário membros da comunidade externa à UFRJ, caracterizando o foco da ação na atenção às demandas dos demais setores da sociedade.

- 2.2.1. As Ações de Extensão podem incluir em seu público-alvo membros da comunidade universitária desde que se mantendo minoritariamente.
- 2.2.2. As propostas que tenham estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes ou técnico-administrativos da UFRJ como público-alvo prioritário ou majoritário, caracterizando o foco da ação na atenção às demandas internas, deverão ser submetidas, consoante às normatizações próprias no âmbito de suas competências, à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Pró-Reitoria de Pessoal ou Superintendência Geral de Políticas Estudantis, conforme o caso.
- 2.3. Toda Ação de Extensão, por seu caráter acadêmico de formação, deverá obrigatoriamente ter em sua execução a participação efetiva de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação e a participação desejável dos estudantes regularmente matriculados em cursos de pós-graduação da UFRJ, a fim de proporcionar-lhes vivenciar a relação ensino-aprendizagem a partir da interlocução com as demandas e problemas dos demais setores da sociedade.
- 2.4. É obrigatória a inclusão da Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PCC) para que seja computada na integralização curricular de seus respectivos cursos de graduação.
- 2.5. Somente poderão ser admitidas como Extensão Universitária propostas que efetivamente se articulem com o ensino e a pesquisa.
- 2.6. Poderão ser proponentes (coordenadores) docentes ou técnico-administrativos em educação, que façam parte do quadro permanente da UFRJ, com propostas aprovadas nas instâncias acadêmicas (Unidade, Centro ou equivalente) à qual estiver vinculado.
 - 2.6.1. Para fins de creditação curricular, os proponentes (coordenadores) das ações deverão ser docentes ou técnico-administrativos em educação, com formação de nível superior, bem como as equipes responsáveis pelo desenvolvimento e execução das ações deverão conter um docente da UFRJ como orientador.
- 2.7. É recomendável a aproximação com instituições parceiras visando o desenvolvimento das propostas e objetivando a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. As propostas de Ações de Extensão originárias das unidades, órgãos ou setores da UFRJ devem se adequar ao conceito de Extensão Universitária definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2010):

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.”
- 3.2. As propostas de Ações de Extensão deverão ser apresentadas nas modalidades Projeto, Curso e Evento, conforme definições contidas na Resolução PR-5 N° 01/2015 (BUFRJ n° 21 de 21/05/2015), em conformidade com os **PROGRAMAS ARTICULADOS** (item 4 deste Edital) devidamente registradas no Sistema de Gestão e Informação de Projetos/SIGPROJ, segundo a seguinte classificação (FORPROEX, 2007):
 - 3.2.1. **PROJETO** – Ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado de no mínimo doze meses de execução.
 - 3.2.2. **CURSO** – Ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
 - 3.2.2.1. As propostas de Cursos de Extensão Universitária, no que se refere à modalidade de ensino, ou seja, o principal tipo de mediação entre alunos e professores nos processos de ensino e aprendizagem, são classificadas como:

- a) **PRESENCIAL** – Modalidade educacional na qual os alunos realizam atividades didáticas e avaliações na presença do professor/instrutor. As atividades presenciais devem apresentar no mínimo 80% (oitenta por cento) da carga horária total do curso.
- b) **A DISTÂNCIA** – Modalidade educacional na qual os alunos e professores/tutores utilizam meios e tecnologias de informação e comunicação a fim de desenvolver atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Sua carga horária computada compreende atividades realizadas em ambientes virtuais, *on line*, e momentos presenciais obrigatórios que devem representar no máximo 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

3.2.2.2. Quanto aos seus objetivos, os Cursos de Extensão Universitária destinam-se a mais ampla difusão e democratização do conhecimento produzido no âmbito da UFRJ e a troca de saberes com os demais setores da sociedade, tendo a seguinte classificação:

- a) **INICIAÇÃO** – Oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.
- b) **ATUALIZAÇÃO** – Atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas, revendo e/ou apresentando novas aquisições técnico-científicas ou culturais em qualquer área do conhecimento.
- c) **TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** – Treinar e qualificar em atividades profissionais específicas, promovendo o aprimoramento de técnicas necessárias ao desempenho profissional.
- d) **APERFEIÇOAMENTO** – Complementar, ampliar e desenvolver o nível de conhecimento teórico-prático em determinada área do saber universitário. É destinado unicamente a graduados, com carga horária mínima de 180h (cento e oitenta horas) horas e carga horária máxima de 359h (trezentos e cinquenta e nove horas).

3.2.2.3. Os Cursos de Extensão da UFRJ deverão ser organizados em quatro grandes Programas de Formação coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão de acordo com seu público alvo:

- a) **PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO BÁSICO**
Este programa busca reunir todas as iniciativas de formação que tenham como público-alvo os profissionais de educação que atuem na Educação Básica articulando-as com sua formação inicial em nível médio ou superior e ainda com iniciativas de formação continuadas no nível de pós-graduação.
- b) **PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES PÚBLICOS**
Este programa busca reunir todas as iniciativas de formação que tenham como público-alvo os trabalhadores do setor público, em seus diversos ambientes organizacionais, articulando-as com sua formação inicial em nível básico, médio ou superior e ainda com iniciativas de formação continuada no nível de pós-graduação.
- c) **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POPULAR**
Este programa busca reunir todas as iniciativas de formação que tenham como público-alvo membros da sociedade civil e participantes de movimentos sociais organizados apresentando-se como ações de formação de preparação para acesso à educação em qualquer nível, inclusive o universitário e aos direitos de cidadania, articulando-as com a formação inicial em nível básico, médio ou superior e ainda com iniciativas de formação continuadas no nível de pós-graduação.
- d) **PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**
Este programa busca reunir todas as iniciativas de formação que tenham como público-alvo, profissionais do setor privado, profissionais liberais ou organizações de

economia mista, articulando-as com sua formação inicial em nível médio ou superior e ainda com iniciativas de formação continuadas no nível de pós-graduação.

3.2.3. **EVENTO** – Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade, e que tenham com público majoritário e prioritário membros da comunidade externa.

3.2.3.1. O Evento pode ser caracterizado como: campanhas em geral, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, concurso, debate, encontro, espetáculo, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos seminário, simpósio e torneio, que congreguem pessoas em torno de objetivos específicos. A seguir, apresentamos a classificação de eventos e suas definições:

| CLASSIFICAÇÃO | DEFINIÇÃO |
|-----------------------|---|
| Congresso e Seminário | Evento de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de até 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Eventos como Conferência Nacional, Reunião Anual, Congresso, Seminário, Encontro, Simpósio Jornada, Colóquio, Fórum, etc. O congresso pode apresentar um conjunto de atividades (mesas redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/workshops). Os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registrados e certificados como curso. |
| Ciclo de debates | Encontros sequenciais que visam a discussão de temas específicos que podem ter o formato de Ciclo, Circuito, Semana e outro. |
| Exposição | Exibição pública e promoção de obras de arte, curadorias, produtos, serviços, entre outros, que podem ter o formato de Exposição, Feira, Salão, Mostra, Lançamento, Vernissage. |
| Espectáculo | Demonstração pública de eventos artísticos e culturais, tais como: Recital, Sarau, Concerto, Show, Apresentação teatral, Exibição de cinema e televisão, Musicais e interpretação musical. |
| Evento esportivo | Campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva, entre outros. |
| Festival | Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas. |
| Campanhas | Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. |

4. PROGRAMAS ARTICULADOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFRJ E COMPLEXOS TEMÁTICOS

Os Programas Articulados incorporam as questões dos Complexos Temáticos que desafiam as universidades e, mais amplamente, a humanidade, e são interdisciplinares.

4.1. PROGRAMAS ARTICULADOS

4.1.1. O objetivo maior da apresentação dos editais da Pró-Reitoria de Extensão na forma de Programas Articulados, disponíveis no Sistema de Gestão e Informação de Projetos (SIGPROJ), é organizar a ação de Extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro a fim de qualificar a apresentação institucional e social das atividades existentes, potencializar recursos e ampliar as atividades com vistas a facilitar o processo de implementação da creditação da Extensão na UFRJ, além de subsidiar os cursos de graduação que ainda não realizaram sua reforma curricular para a inclusão da extensão.

4.1.2. As Ações de Extensão já existentes e as novas propostas na forma de cursos, projetos e eventos serão abrigadas em 8 (oito) grandes Programas Articulados e, as ações organizadas nos programas já existentes poderão optar em permanecer na forma atual ou integrar-se aos Programas Articulados:

4.1.2.1. CONSTRUINDO CIDADES HUMANAS E SAUDÁVEIS: ARTICULAÇÃO CAMPO-CIDADE

O mundo se tornou hegemonicamente urbano. Até os anos de 1950, apenas 29,6% da população mundial era urbana. Atualmente, conforme a ONU, 54% dos seres humanos vivem em áreas urbanas. Esta rápida transformação da forma de ocupação do espaço pelos seres humanos teve impacto expressivo no produzir e no viver tanto no campo como nas cidades, o que traz questões sociais, tecnológicas e de saúde que precisam ser enfrentadas. A urbanização é uma condição global e o Brasil, que hoje possui 85% de sua população vivendo em cidades, torna-se um lócus paradigmático: produz cidades cada vez mais problemáticas, marcadas pela profunda desigualdade, como é possível depreender da análise dos indicadores sociais nas diversas regiões das megacidades, mas também nas polarizações regionais, em que coexistem espaços que asseguram alta qualidade de vida e espaços em que a vida social é brutalizada pela barbárie. Mas as cidades são espaços de luta e de resistência, de intensa produção cultural, criações estas que anunciam possibilidades de real democratização dos espaços urbanos. Temas cruciais como transporte, saneamento, meio ambiente, segurança do povo, saúde, educação pública, cultura, biodiversidade, urbanismo e paisagismo, economia, soberania alimentar, infância, energia, podem lastrear novos campos de diálogo entre a universidade e a cidade.

4.1.2.2. CUIDANDO DA VIDA: METABOLISMO NATURAL E METABOLISMO SOCIAL

A vida e as formas de relação dos seres humanos entre si e com a natureza conformam relações metabólicas entre as relações sociais e a natureza, em que, dialeticamente, a natureza é cultura e os seres humanos são natureza. A saúde e a sustentabilidade socioambiental, conforme pode ser evidenciado pelos estudos sobre o clima, as cidades e o campo estão sob graves ameaças em virtude da forma dominante de sociometabolismo imposto pelo capital, assentado em gastos excessivos de energia, bens da natureza e em formas brutais de exploração do trabalho. A despeito do grande desenvolvimento das forças produtivas, permanece fundamental discutir as suas finalidades, os benefícios efetivamente alcançados e qual é o seu direcionamento social. Programas articulados que possibilitam explorar as conexões entre as ciências da natureza e a vida social são demandas sociais inadiáveis, como se depreende dos desafios advindos dos conflitos socioambientais.

4.1.2.3. EXPRESSÕES E LINGUAGENS: SABERES EM MOVIMENTO

As linguagens poéticas são a trama da tessitura inventiva e criativa necessária para o desenvolvimento da imaginação inventiva e para assegurar a condição intelectual universal dos seres humanos. Como formas sociais de expressão do pensamento e afetação, as linguagens são capazes de buscar a inserção, dispersão e superação às diferentes visões de mundo. Manifestas individual e/ou coletivamente, as linguagens constroem simbolismos, criam significados, procuram sentido e legitimam ações, transversando hoje, largos campos de articulação. Os espaços de apresentação da arte, ciência e cultura são igualmente entendidos como instrumentos expressivos das linguagens do conhecimento e como

importantes espaços de sociabilidade. As inovações tecnológicas para efetivação da existência e interação social humana, também fazem parte significativa deste programa.

4.1.2.4. TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS

As forças produtivas sociais são indissociáveis das relações sociais de produção, compreendendo formas de trabalho, as tecnologias produtivas, os bens naturais transformados e os produtos materiais e simbólicos das relações sociais mediadas pelas forças produtivas, sendo as expressões concretas do processo do fazer material e simbólico historicamente produzidos. As contradições entre a pujança das forças produtivas e as ásperas condições de vida dos que vivem do próprio trabalho e, ainda, entre o 'desenvolvimento' e os problemas socioambientais estão exigindo, crescentemente, conhecimento sobre as formas de organização da produção material da vida, questionando o sentido dominante da tecnologia e do desenvolvimento. A história do desenvolvimento das forças produtivas precisa ser questionada culturalmente, incorporando as práticas e conhecimentos que ensejaram a concepção universal de ser humano, nas lutas sociais, e de direitos sociais universais, considerando as diversas possibilidades da condição humana.

4.1.2.5. EDUCAÇÃO PÚBLICA, FORMAÇÃO PERMANENTE E EDUCAÇÃO POPULAR

A universidade pública compõe uma dimensão fundamental da educação pública. A educação pública como direito social universal se inscreve em grandes possibilidades temáticas de estudos, reflexões e ações que potencializam o pensamento e o fazer crítico. Atualmente, centros de pensamento desvinculados do setor público atuam intensamente no conjunto da educação brasileira, abrangendo desde material pedagógico até modelos organizacionais baseados em parcerias público-privadas que, na prática, suprimem o público, situação agravada pela enorme supremacia da formação de professores no setor privado-mercantil. Articular o conhecimento produzido nas universidades com as práticas transformadoras dos movimentos sociais e outras iniciativas auto-organizadas é um desafio estimulante e de alta prioridade, objetivando retomar a centralidade da esfera pública na educação pública brasileira. Desafios na formação docente, envolvendo todas as áreas do conhecimento, bem como no conhecimento dos problemas da educação brasileira exigem uma atuação estreitamente articulada entre os sujeitos que criam a educação pública, a universidade, as entidades que representam os educadores, bem como movimentos sociais envolvidos na garantia da educação pública e, necessariamente, os diversos âmbitos do Estado que devem assegurar o direito universal à educação pública, laica, gratuita e histórico-crítica.

4.1.2.6. INTERNACIONALISMO, IDENTIDADES E PRAZER

As identidades dos povos se revelam em suas formas de trabalho, relações sociais, cosmovisões, fazeres pedagógicos, festividades e usos culturais dos recursos econômicos. As representações identitárias também revelam as questões dos oprimidos pelo padrão social dominante, - de classe, ético, étnico, de gênero, religião, nacionalidade e, mais amplamente, cultural. Neste escopo, cabe destacar, ainda, a interdição moral, religiosa e política da diversidade das formas de prazer. Compreender e promover a autoestimação do outro como forma identitária do seu reconhecimento na sociedade é parte da construção de projetos e políticas públicas mais abrangentes, validados horizontal e universalmente por todos os sujeitos envolvidos. A forma de organização econômica, a política, a justiça, a formas da consciência social, territórios e internacionalismo são elementos-chave para a crítica ao racismo, à "colonialidade do poder" e à "colonialidade do saber".

4.1.2.7. MEMÓRIA CULTURAL, SOCIAL E DA TERRA

O registro da memória e os estudos históricos são constituintes da consolidação dos saberes humanos sobre as culturas que os constroem, o ambiente em que vivem e as suas transformações. O resgate, a construção, a referência e a visibilidade dos diferentes passados que habitam a sociedade presente

constituem-se em uma tarefa necessária para reparar e impedir a propagação de injustiças sociais e promover uma sociedade socialmente justa e que recusa a suposta desigualdade da humanidade dos seres humanos. As marcas deixadas pelas transformações na sociedade são muitas vezes violentas: a escravidão, a pobreza, os regimes ditatoriais, as alterações do clima, da geologia e das formas de produção no campo e na cidade. A sociedade só poderá ser justa se houver conhecimento socialmente produzido a respeito de suas memórias e histórias. O levantamento e preservação da memória cultural, social e da terra, nas questões que interferem e constroem os povos, tornam-se suportes importantíssimos na problematização e produção de suas soluções, assim como são campos e territórios de permanência da riqueza plural das visões de mundo e de celebração da vida.

4.1.2.8. AÇÕES EMERGENCIAIS: MARIANA E SAÚDE NO RIO DE JANEIRO

O conhecimento articulado em redes de integração e cooperação das áreas científicas, tecnológicas, humanas, sociais e culturais que movem as instituições públicas de educação superior deve ser integrado e convergido em ações para responder às emergências públicas de todas as naturezas. Os Programas Articulados de Ações Emergenciais são considerados forma destacada e prioritária de integração das ações de extensão para o ano em curso. Tratam-se de Programas que se alteram a cada edital lançado pela Pró-Reitoria de Extensão, a partir de alguma necessidade específica e urgente da sociedade. As ações inscritas neste programa e que se consolidem em ações permanentes, devem posteriormente ser registradas em algum dos outros programas articulados.

- a) **AÇÃO EMERGENCIAL I:** Mariana - Pretende reunir para ação todas as questões e percepções sócio-científicas sobre os problemas que geraram e que foram gerados pela ruptura das barragens dos resíduos de mineração no município de Mariana, Minas Gerais, em 2015, com consequências que transcenderam seu estrito limite territorial, espalhando-se por larga parte do território nacional.
- b) **AÇÃO EMERGENCIAL II:** Saúde do Rio de Janeiro - Engloba ações junto à população visando a prevenção das doenças disseminadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. (*Zika*, *Chikungunya* e *Dengue*), que possam auxiliar o processo de promoção da saúde pública no Rio de Janeiro.

4.2. COMPLEXOS TEMÁTICOS

Os complexos temáticos aqui apresentados foram pensados a partir das demandas da sociedade e foram particularizados como Ações de Extensão Universitária. Os Programas Articulados a eles associados foram selecionados em conformidade com a função social da universidade e com o seu papel público, crítico e estratégico na construção do bem viver da sociedade.

4.2.1. Possibilidades: Acessibilidade; Alimentação; Crise hídrica; Justiça social; Mobilidade urbana; Mudanças climáticas; Processos de trabalho; Questões da biodiversidade; Questão energética; Reforma agrária; Reforma urbana; Sistema de educação pública; Sistemas de opressão; Sistema de Saúde Pública; Tratamentos de resíduos; Usos do território.

5. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. As propostas deverão atender às seguintes diretrizes da Extensão Universitária:

5.1.1. **INTERAÇÃO DIALÓGICA** – A diretriz *Interação Dialógica* orienta o desenvolvimento de relações entre hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

5.1.2. **INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE** – Por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holistas, destinadas a aprender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas e, visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo. A diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando

especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações.

5.1.3. INDISSOCIABILIDADE ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO – Esta diretriz reafirma a Extensão Universitária com processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as Ações de Extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas – Ensino – e de geração de conhecimento – Pesquisa. Assim, no âmbito da relação entre Ensino e Pesquisa, a diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão* inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

5.1.4. IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE – As atividades de Extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. Neste sentido, a participação do estudante nas Ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a intergralização de créditos.

5.1.5. IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – Esta diretriz reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.

5.2 Para elaboração da proposta, preencher o formulário disponível no SIGPROJ (na aba EXTENSÃO clique em EDITAIS ABERTOS e em seguida em **Registro Único de Ações de Extensão – RUA EDIÇÃO 2016**). Caso tenha dúvida durante o preenchimento consultar a *Ajuda on line* do SIGPROJ disponível em cada item do formulário. Dentre as orientações do Formulário **SIGPROJ**, destacamos os seguintes aspectos:

5.2.1. Coerência aos objetivos da proposta do primeiro ao último item do formulário.

5.2.2. No campo **1.1. Identificação da ação** marque **SIM** no item Ação vinculada a programa e selecione no item **Nome do Programa de Extensão** o **PROGRAMA ARTICULADO** ao qual a proposta vincula, conforme descrito no item 4 deste Edital.

5.2.3. Local de realização – Para fins de figurar corretamente no Mapa da Extensão (Programa de georeferenciamento das Ações de Extensão da UFRJ), identificar o local de realização das atividades do programa/projeto com endereço completo (rua, número, bairro, município, estado e nome da instituição). Quando a Ação for desenvolvida em mais de um local, informar no item **1.6 Informações relevantes para a avaliação da proposta** (abaixo do resumo).

5.2.4. Creditação das Ações – Informar se a Ação é curricular ou não no *item 1.2. Detalhes da ação*. Esta informação deverá ser comprovada anexando o documento previsto no item 5.2.14 deste Edital.

5.2.5. Indicação do público-alvo e do número estimado de pessoas atendidas.

5.2.6. Explicitação detalhada dos fundamentos teóricos que a orientaram, bem como caracterização justificativa.

5.2.7. Clareza e precisão dos objetivos e metas definidos.

5.2.8. Explicitação dos procedimentos metodológicos. Na metodologia incluir também as Ações de Extensão previstas para os estudantes curriculares e o detalhamento da infraestrutura necessária para a execução da proposta.

5.2.9. Definição do cronograma de execução detalhado de acordo com as atividades que compõem a proposta.

5.2.10. Descrição do processo de acompanhamento e avaliação das Ações, com a explicitação dos indicadores (qualitativos e quantitativos) e da sistemática de avaliação, indicando quais serão as fontes de informação, os instrumentos utilizados, a periodicidade e quem participará dessa avaliação.

5.2.11. Descrição do processo de acompanhamento e avaliação dos estudantes de graduação da UFRJ.

5.2.12. Explicitação na justificativa relativa à experiência extensionista da equipe executora. A equipe de execução deverá ser composta majoritariamente por docente, técnico-administrativos do quadro efetivo de servidores da UFRJ que integram a equipe deverão ter o Currículo Lattes preenchido e atualizado.

5.2.13. Adequação à norma padrão da Língua Portuguesa, respeitando o princípio da boa escrita coesa e coerente.

5.2.14. Documentos a serem anexados:

- a) Documento comprobatório de aprovação da proposta pela instância acadêmica ao qual está vinculada;
- b) Documento comprobatório da inclusão de crédito para as Ações de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação (Grade Curricular e ementas do RCS/Disciplinas ou Projeto Pedagógico do Curso), quando for o caso;
- c) Currículo Lattes do coordenador.
- d) Comprovação das parcerias citadas no item 1.4 do Formulário SIGPROJ, quando for o caso.

6. INSCRIÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. As propostas deverão ser enviadas pelos coordenadores pela internet e por meio do uso da Plataforma SIGPROJ, disponibilizada no endereço <http://sigproj1.mec.gov.br/>, de acordo com o calendário do item 6.4. deste Edital.

6.1.1. Todas as propostas devem ser enviadas com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias do início da sua execução). Propostas de cursos que serão realizadas no primeiro semestre de 2016 poderão ser enviadas excepcionalmente para este Edital, mesmo que já não possuam 60 dias de antecedência para seu início.

6.1.2. Não serão aceitas propostas enviadas por qualquer outro meio.

6.1.3. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um Recibo Eletrônico de Protocolo da sua proposta enviada.

6.2. Todas as Ações de Extensão deverão cumprir os procedimentos acadêmicos da UFRJ.

6.2.1. Somente serão aceitas propostas que tenham sido aprovadas pelas instâncias acadêmicas (Unidades ou Centros) ao qual o proponente (coordenador) está vinculado.

6.3. Todas as informações prestadas são de responsabilidade do proponente (coordenador).

6.4. A vigência se dará:

6.4.1. De 15 de fevereiro a 24 de março de 2016 – pra fins de registro de Ações a serem iniciadas no primeiro semestre de 2016.

6.4.2. De 20 de junho de 2016 a 29 de julho de 2016 – Para fins de registro de Ações a serem iniciadas no segundo semestre de 2016.

| ATIVIDADES | 1º Semestre/ 2016 | 2º Semestre/2016 |
|---|-------------------|------------------|
| Submissão de propostas pelo SIGPROJ | 15/02 a 25/03 | 20/06 a 29/07 |
| Distribuição das propostas para os consultores <i>ad hoc</i> | 28/03 a 30/03 | 01/08 a 03/08 |
| Avaliação das propostas pelos consultores <i>ad hoc</i> | 31/03 a 15/04 | 03/08 a 26/08 |
| Interposição de recursos ou realização de ajustes nas propostas pelos proponentes | 18/04 a 22/04 | 29/08 a 02/09 |
| Divulgação do resultado | 25/04 | 05/09 |

7. PROCESSO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS SOLICITAÇÕES

- 7.1. A Avaliação das propostas será efetuada por uma Comissão Avaliadora constituída por consultores *ad hoc*, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão.
- 7.2. Os consultores *ad hoc* serão servidores da UFRJ, docentes e técnico-administrativos com formação de nível superior, representantes das várias áreas do conhecimento e com ampla e reconhecida experiência no campo da Extensão universitária.
- 7.3. Caberá aos consultores avaliar e emitir parecer consubstanciado acerca das propostas recebidas. Os consultores não poderão avaliar propostas provenientes da sua instância acadêmica.
- 7.4. Cada proposta será avaliada por dois consultores *ad hoc*, e caberá a interveniência de um terceiro, quando houver grande divergência nas pontuações dadas pelos dois primeiros.
- 7.5. Caso algum dos membros da Comissão de Avaliação conste como proponente de alguma Ação ou integrando a Equipe do Projeto, Curso ou Evento inscrito no presente edital, o mesmo não poderá ter acesso à avaliação da proposta.
- 7.6. Os consultores serão convocados para reunião de orientação da Avaliação.
- 7.7. Os integrantes da Comissão de Avaliação deverão manter sigilo sobre o seu trabalho e as identidades dos consultores de cada projeto.
- 7.8. Durante o processo de análise, a Comissão de Avaliação poderá recomendar adequações às propostas.
- 7.9. O prazo para emissão de pareceres está definido no calendário deste Edital.
- 7.10. Os pareceres serão disponibilizados junto à proposta no SIGPROJ.
- 7.11. É de responsabilidade do proponente (coordenador) acessar o SIGPROJ para ler os pareceres e atender as recomendações/exigências dos consultores *ad hoc* no prazo determinado neste Edital.
- 7.12. Caberá à Pró-Reitoria de Extensão verificar o atendimento ao parecer.

8. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO

- 8.1. Após a análise do mérito e da relevância da proposta os consultores *ad hoc* deverão:
 - 8.1.1. Recomendar a Ação.
 - 8.1.2. Recomendar a Ação com reformulação.
 - 8.1.3. Não recomendar a Ação.
- 8.2. O proponente (coordenador) deverá acessar o SIGPROJ para ler o(s) parecer (ES) e atender as solicitações dos avaliadores, quando for o caso.

9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento das Ações de Extensão dar-se-á por intermédio de:
 - 9.1.1. Monitoramento realizado pela Pró-Reitoria de Extensão.
 - 9.1.2. Análise dos relatórios do coordenador e dos estudantes.
 - 9.1.3. Apresentação pelos estudantes dos resultados no Congresso de Extensão anual realizado pela Pró-Reitoria de Extensão.
- 9.2. É de responsabilidade do coordenador da Ação de Extensão a elaboração e envio pelo SIGProj, do Relatório Parcial e do Relatório Final de Atividades, conforme os modelos e os prazos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. A substituição do coordenador da Ação de Extensão deverá ser formalizada, com a devida justificativa e aprovação da Unidade, mediante documento à Pró-Reitoria de Extensão no prazo máximo de 15 dias após a substituição.
- 10.2. Em caso de cancelamento da Ação de Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão deverá ser comunicada por documento justificativo no prazo máximo de 15 dias após a paralisação das atividades.
- 10.3. Todas as ações de extensão aprovadas para registro deverão apresentar seus resultados no Congresso de Extensão realizado anualmente pela PR-5.

10.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão.

10.5. Informações adicionais poderão ser obtidas nos seguintes endereços e contatos:

site: <http://www.pr5.ufrj.br/> - e-mail: extensao@pr5.ufrj.br - tels: 3938-9692/ 3938-9696

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PR-5
Av. Pedro Calmon, 550 - Sala 815- Prédio da Reitoria – Cidade Universitária
21941-901 – Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2016

Maria Mello de Malta
Pró-Reitora de Extensão
Universidade Federal do Rio de Janeiro